



MONUMENTALIZAÇÃO E MEMÓRIA: AS DISPUTAS IDENTITÁRIAS DE UMA CIDADE NOVA – ENTRE O PIONEIRO E O GUERRILHEIRO (1964-2015)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3766

Guilherme Alves Bomba, UNESPAR

Resumo

Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder para afastar o “fantasma comunista” e ao se falar da ditadura, imagina-se a nação como um todo, porém, se estudado o país em suas regionalidades ou mesmo localidades, ver-se-á por outro ângulo, que há especificidades marcantes, e que a soma de todas elas compõem a história do Brasil. Nesse sentido, a contribuição nesse trabalho, vem com a interpretação das fontes locais sobre a história e memória dos apucaraneenses sobre esse período. Tomando os relatos de memorialistas da região, os documentos do DOI-CODI e SNI, além dos trabalhos de historiadores como HELLER (1988) e Brunelo (2009), buscamos recompor as memórias dos homens e mulheres que foram torturados em Apucarana entre os anos de 1971 e 1980, ressignificando o período através de suas experiências. Tendo ainda em vista essa análise, propomos a descrição e comparação de dois monumentos erigidos sobre a memória do município, o primeiro ligado a imagem dos pioneiros, sendo chamado “Quarteirão das personalidades”, instalado junto a uma praça do cemitério municipal, onde os primeiros profissionais de algumas áreas são destacados, priorizando aqueles que atingiram sucesso financeiro. O segundo monumento, dedicado aos jovens que deram suas vidas durante nos embates contra a ditadura, sendo executados pela Operação Bandeirantes em São Paulo. Três e Brianezi, que lutaram ao lado de Marighela, foram homenageados em uma escultura denominada “Pessoas imprescindíveis”. Compreendemos com esse trabalho, que as disputas ideológicas são constantes, e essas se dão nos diversos campos sociais, físicos e ideológicos.

Palavras Chave:

Ditadura; memórias; tortura; monumentos; identidade.

Introdução

Ao se falar da ditadura, imagina-se a nação como um todo, porém, se estudado o país em suas regionalidades ou mesmo localidades, ver-se-á por outro ângulo, que há especificidades marcantes, e que a soma de todas elas compõem a história do Brasil. Nesse sentido, a contribuição nesse trabalho, vem com a interpretação das fontes locais sobre a história e memória dos apucaraneses sobre esse período. Para tanto, além dos autores já em cena chamamos a contribuição de Norbert Elias¹, por meio de seus conceitos² básicos, os quais, contribuirão para que possamos fundamentar melhor a ideia da formação identitárias em questão. Este autor desenvolve uma discussão em torno dos indivíduos inseridos em sociedade. Sociedade esta que muitas vezes se torna tão aglutinante que deixa escapar as especificidades das lutas regionais e locais³ em seus discursos.

Para abordarmos a ditadura e o poder dos militares em Apucarana no norte do Paraná, faz-se relevante mencionar os caminhos que levaram a essas duas décadas de estado de exceção⁴. A crise no governo de João Belchior Marques Goulart, mas conhecido como João Goulart ou Jango, foi o estopim de um conflito que se desenvolvia desde a época de Getúlio Vargas.

De acordo com Milton Ivan Heller (1988) a ameaça comunista já rondava os ânimos dos políticos brasileiros desde a década de 1930, quando se usava esta

ameaça como ferramenta de controle social. O poder dos militares concentrava-se na possibilidade de coordenar, determinar e conduzir o comportamento de toda uma sociedade. Seu poder se garante em sua legitimidade. Mas como seria possível pensar em legitimidade em um estado de exceção? No caso dos militares brasileiros isso se deu através de algumas ações que pretendiam simular uma democracia que permeava os discursos.

Atos institucionais, constituição, partidos de oposição permitidos, intensa propaganda e desfiles estão entre as ações propostas que compunham a imagem dos militares no poder, que endurecendo buscavam parecer cada vez mais próximos dos oprimidos. O golpe militar, defendeu a ideia de estar livrando o país desse compromisso do presidente com as reformas de base que afetariam a todos.

A falácia da democracia que era divulgada pelos meios de comunicação de massa e nos discursos das autoridades, assim como a citada acima pelo general-presidente Figueiredo, era desmascarada pelos atos de violência contra os opositores ao regime militar em todo o país. As prisões dos contraventores eram constantes, ainda em concomitância com a obra *Brasil Nunca Mais* (1985) e HELLER (1988), algumas eram rápidas e outras até hoje não solucionadas, com prisioneiros desaparecidos e muitos dados como mortos, sem o acesso aos corpos. A repressão desmascarava essa falácia de pseudodemocracia que se tentava

1 “Para onde quer que nos voltemos, deparamos com as mesmas antinomias: temos uma certa ideia tradicional do que somos como indivíduos. E temos uma noção mais ou menos distinta do que queremos dizer ao pronunciar o termo “sociedade”. Mas essas duas ideias – a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro – nunca chegam a coalescer inteiramente” (ELIAS, 1994, p.67)

2 Os conceitos aqui explorados referem-se a ideia de sociedade e indivíduo, uma vez que labutaremos sobre o “eu” e o “nós”, nessa constante construção, estabelecendo ideias como

costumes e moral, apesar de não ser estes nossos pontos centrais de pesquisa.

3 Utilizamos do conceito regional e local a fim de definir a abrangência das manifestações e atuações, no sentido geográfico, uma vez que não há interesses em qualificá-los ou ordená-los em grau de importância.

4 O estado de exceção (ou de emergência, de sítio) é pensado como um dispositivo legal capaz de suprimir alguns procedimentos democráticos em vista de uma ameaça externa à soberania estatal. AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.

demonstrar. A democracia substancial apregoadada pelos militares não se revelava em suas práticas, e isso foi vivenciado nas cidades, grandes e pequenas, mas a legitimidade buscada por aqueles, fez com que a classe média ainda sentisse nos seus líderes a força libertadora e revolucionária. Por isso, não é incomum encontrar discursos apologeticos ao regime militar e sua confiabilidade, endossada pela pretensa ausência de crimes, corrupção e crises econômicas, o que sabemos estar sobrepujada por um de ostensivo trabalho de propagandas e campanhas ufanistas durante o período militar.

No que se refere ao município de Apucarana, a prática da ação militar pode ser “recuperada”, no decorrer desta pesquisa, pelo trabalho com história oral, por meio da qual visamos tratar os discursos que foram construídos nessa localidade e que ainda hoje reverberam.

Entre os entrevistados, o senhor Eloir Milano, funcionário público municipal durante toda o período ditatorial foi um desses. Ao ser questionado sobre o papel dos militares no município – uma vez que a criação do 30º Batalhão Motorizado em 1971, alicerçado na 4ª Infantaria do Exército de Ponta Grossa, havia sido deslocada para Apucarana em 1965 – relata: “*era muito bom, não se via nem bandido nas ruas, o exército era pacato*”.⁵

Tal depoimento aponta a percepção do morador local a respeito da ação do exército sobre a forma como este agia no município e em que medida havia a resistência contra a ditadura. Nesse sentido observamos que o intuito em trabalhar com depoimentos orais é o de demonstrar que apesar de um clima de paz, a história oral contribui

significativamente para a compreensão do que tenha sido o passado histórico dessa região. À medida que a fala do depoente ao ser cruzada com outro tipo de documento nos permite apresentar outra versão. Há outros depoimentos que contestam essa versão e apresentam outra construção discursiva sobre a memória local. Sobretudo aquela que se refere, como veremos em outros documentos, à violência que marcou o uso das salas escuras do 30º Batalhão, relata perseguições, exílios e assassinatos, conforme expõe os relatos obtidos por Antônio Narciso Pires de Oliveira, na publicação *Depoimentos para a história – A resistência à Ditadura Militar no Paraná*⁶, onde dezenas de depoimentos apontam as perseguições ocorridas no Paraná, entre eles, inúmeros na cidade de Apucarana.

Apucarana como sede do militarismo

O município de Apucarana faz parte da região do “Norte Novo do Paraná”, localizado geograficamente entre as cidades metropolitanas de Londrina e Maringá. Possivelmente, entre as várias razões que levaram a instalação do 30º Batalhão da Infantaria Motorizada, pois apresenta uma localização estratégica, está exatamente entre as duas maiores cidades dessa região. Cabe informar que durante o período de instalação do 30º Batalhão da Infantaria Motorizada, houve mudanças, entre essas destaca-se a existência do “Tiros de Guerra”. Tais mudanças também serão tratadas neste capítulo ao se abordar a referida cidade em convivência com o militarismo e a hierarquia militar.

Segundo Selma Lúcia de Moura Gonzales⁷, frequentemente, os Tiros de

5 Depoimento de Eloir Milano em entrevista no dia 22/09/2015.

6 OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Orgs. Antônio Narciso Pires de Oliveira; Fábio Bacila Sahd; Sílvia Calciolari. Curitiba. DHPaz, 2014, 328 p.

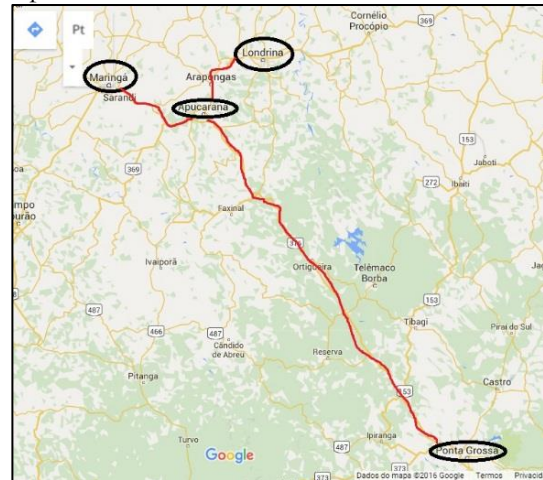
7 GONZALES, Selma Lúcia de Moura. A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008, p.85. Disponível em:

Guerra estão localizados em cidades que possuem centralidade sub-regional, polarizando municípios menores. A maioria dos municípios que conta com Tiros de Guerra apresenta uma média populacional que varia de 50.000 a 200.000 habitantes. Este estudo vem referendar a leitura de que a centralidade do município foi uma das razões da escolha de Apucarana como sede do 30º Batalhão.

Entretanto outros indícios nos levaram a essa compreensão, assim vejamos o mapa da figura 1, no qual podemos perceber o entroncamento de Apucarana em relação as outras duas cidades. Essa mesma centralidade ocorre em outra direção, a qual forma a rota de ligação com o município de Ponta Grossa, através da BR-376⁸. É necessário ressaltar que é a partir do 13º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada)⁹ de Ponta Grossa que irá ser implantado o 30º BIMz (Batalhão de Infantaria Motorizada), que teve sua origem na 4ª Companhia de Fuzileiros, instalado em Apucarana no dia 09 de setembro de 1965, o qual veio a ocupar o terreno onde funcionava o pátio da Estação Ferroviária Central do Paraná¹⁰.

A disposição geográfica de Apucarana, como aponta o destaque, garante o acesso terrestre dos militares em qualquer uma das cidades da região, possibilitando ainda um caminho aberto para as tropas advindas de Ponta Grossa ou Curitiba em direção à região Norte¹¹.

Figura 1. Fragmento do Mapa do Paraná com destaque as cidades de Maringá, Apucarana, Londrina e Ponta Grossa.



Fonte: Google Maps. A marcação no mapa foi realizada pelo autor.¹²

Ao tomar o mapa como referência podemos inferir quanto estratégica era a situação de Apucarana ante a necessidade de uma mobilização militar. Além dos aspectos possibilitados pelas fontes, não podemos deixar de versar a respeito da altitude do município, visto que esta é a região mais alta entre o trecho Maringá-Londrina da região. Esta altitude rendeu à cidade Apucarana a alcunha de “Cidade Alta”.

Sua posição geográfica e altitude, indicam os documentos foram decisivas, uma vez que era um dos pontos de apoio da ação da repressão militar no Estado do Paraná. Os estudos sobre o período e a região assim como sobre a ação militariza no Estado reverberam essa leitura, conforme argumenta Calciolari:

<http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/phocadownload/tese/Tese%20de%20Doutorado%20TG.pdf>, acesso em 07/12/2015 às 05:50.

8 “A BR-376 foi inaugurada oficialmente em 25 de julho de 1965, sendo considerada a maior obra de seu gênero entre 1961 e 1965 com aproximadamente de 530 km de extensão desde Paranaguá até Maringá”. DER- Departamento de Estradas e Rodagem – Paraná. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>. Acesso em: 13/07/2016 às 07:08.

9 Anteriormente denominado 13ºRegimento de Infantaria, transformado em BIB (Batalhão de

Infantaria Blindado) por ato do executivo em 1968.

10 DOMINGUES, 1994, p.22.

11 Em nossas pesquisas não encontramos documentos oficiais que permitissem diretamente a análise acima, para tanto propusemo-nos a comparar editais, registros de imóveis, arquivos públicos e discursos memorialistas que nos permitiram essa interpretação.

12 Imagem extraída do Google Maps, onde salientamos as cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Londrina e Maringá, além da estrada federal BR-376 e BR-369 que ligam os municípios.

Já não era segredo que a violência generalizada no país deixara um rastro de sangue, matando militantes/cidadãos, desmantelando organizações políticas e lesionando irremediavelmente aqueles que ousaram discordar da doutrina oficial do Regime Militar. Em Curitiba, temos o prédio do antigo Dops, o Presídio Provisório do Ahu e as dependências do Exército na Praça Rui Barbosa; outras cidades como Apucarana, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu também serviram de instalação para que o Poder Público Estadual compactuasse com as mais bárbaras atrocidades.¹³

As cidades destacadas, são as mesmas que Calciolari cita, estas representam os polos de repressão. Esta afirmação se pauta na ligação entre as cidades de Apucarana, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, ao realizar uma demorada observação e constar que estas cidades formavam um triângulo cobrindo boa parte do Estado.

Esta triangulação ampliava, por terra, a ação das forças de controle sobre os espaços mais distantes do território paranaense, criando uma rede direta de comunicação entre elas. Quando da instalação da 4ª Companhia de Fuzileiros de Apucarana em 1965, o primeiro comandante foi o capitão Luiz Carlos Fagundes Panza, este exerceu sua função até 1968, ao ser substituído pelo Major Alexandre Ritter von Jelita. Durante esse período os militares ocupavam as antigas instalações da Estação Ferroviária Central do Paraná. Porém, não permaneceram ali indefinidamente, não tardou e outra localidade lhes foi destinada. A mudança de local de funcionamento da 4ª Companhia de Fuzileiros teve início em 1968. O controle do poder militar sobre os espaços era total, visto que uma das

negociações mais rápidas que se conhece na cidade a respeito de locais públicos envolve o novo espaço destinado à 4ª Companhia de Fuzileiros. As transações financeiras em torno das desapropriações e doações de particulares ao Estado brasileiro ocorrem em um tempo recorde.

Três meses antes da homologação do Ato Institucional número 5 (AI-5), no dia 17 de setembro de 1968, dois lotes de terra localizados na saída do município de Apucarana em direção ao de Ponta Grossa, cuja dimensão totalizava 61.785,00 m² (sessenta e um mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), foram desapropriados em benefício do município. Os custos das desapropriações somaram NCr\$9.000,00 (nove mil cruzados novos)¹⁴.

Trinta e sete dias depois, no dia 24 de outubro de 1968, estava formalizada a doação das terras à União Federal para a construção do edifício que abrigaria o batalhão. Em 11 de janeiro de 1971, a 4ª Infantaria foi transferida para as instalações na BR-376, km353. Em 22 de dezembro do mesmo ano, através da portaria nº045, era transformado em batalhão. Esta nova condição rendeu-lhe novas atribuições às quais resultaram na aquisição de pesados armamentos que vieram a incorporar os equipamentos do referido batalhão como morteiros, canhões, metralhadoras, fuzis e dezenas de veículos¹⁵.

O 30º Batalhão foi palco de torturas e violência, principalmente quando foi realizada a Operação Marumbi que visava investigar e prender os envolvidos com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Este partido tinha um grupo de militante na cidade de Apucarana, e sua investigação foi liderada pelo Capitão Ismar Moura Romariz, incluído na lista de torturadores da ditadura. Os militares desenvolveram a

¹³ CALCIOLARI, Sílvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004, p.69.

¹⁴ Idem.

¹⁵ DOMINGUES, 1994, P.66.

prática de conduzir dezenas de pessoas para as instalações do município, de acordo com o que informam Heller¹⁶ e Brunelo¹⁷.

Quando mencionamos as atrocidades do período militar, no Paraná, ainda esbarramos em números que mascaram a intimidade desses fatos com pessoas reais. Por essa razão é indispensável investigar e aprofundar as memórias de homens e mulheres, por meio de seus relatos, os quais aponta o lado obscuro da ditadura, em contraposição ao que muitos que viveram no mesmo período não conseguiram dimensionar e ainda o caracterizam como um momento de sucesso, prestígio e paz. De acordo com Eloir Milano¹⁸, antigo funcionário da Prefeitura Municipal de Apucarana e ex-vereador durante os anos 50, “*não havia violência, a relação dos militares com a população era tranquila e pacata*”. Entretanto, valemos de discursos que vão no caminho contrário, expondo que não havia nada de *tranquilidade*. Tal qual o relato de Narciso Pires de Camargo,

Fui torturado nos dias 16 e 17 de outubro de 1975 pelo capitão Romariz. Perdi as unhas do pé, levei muita pancada no rosto e no corpo todo. Chutes no estômago. O pior é que a tortura não visava esclarecer nada, porque os companheiros presos anteriormente, que foram bem mais torturados que eu, não haviam resistido e já tinham confessado tudo. O único objetivo do capitão Romariz era demonstrar a um grupo de agentes do DOPS e da Polícia Federal como ele conseguia obter informações dos presos políticos. Como eu não dizia

nada, ele perdeu a calma e depois de me espancar bastante disse que os outros já haviam confessado. Pegou os depoimentos e gritou: ‘Então você não esteve com fulano, no dia tal? Você não imprimiu o Voz Operária num ‘aparelho’ do PCB?’ Eu continuei negando tudo, e ele ficou cada vez mais irritado¹⁹.

Aos nos depararmos com tais relatos, compreendemos a discrepância dos discursos. Os símbolos e as construções em torno das representações sobre a ditadura, fizeram com que situações como esta caíssem no esquecimento social, por mais que estas jamais puderam ser esquecidas pelos que as vivenciaram. Isso ocorreu em boa parte pela Lei da Anistia de 1979²⁰, que tornou impune os crimes cometidos, mas também pela publicidade e propagandas que sempre foram características do regime. Os bens simbólicos, sejam eles construídos em momentos de paz ou de conflitos, jamais podem ser considerados alheios ao desenvolvimento do imaginário social, e efetivamente, são encontrados em quantidades ilimitadas. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. “*A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras*”²¹.

A produção histórica sobre o período, a partir do século XXI, procura por em questão a razão pela qual não foi explicado à sociedade, sobretudo ao familiares e amigos das vítimas de homens e mulheres que lutaram naquele momento, sobre “onde, como e por quê”, eles

¹⁶ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷ BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009, p. 19

¹⁸ Entrevista concedida em 20 de setembro de 2015.

¹⁹ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.551.

²⁰ A Lei de Anistia de 1979, nº 6.683, sancionado pelo presidente Figueiredo.

²¹ BACZKO, Bronislaw. “*A imaginação social*” In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa,

Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.299.

desapareceram. E a memória social envolvida pelas inúmeras referências, midiáticas ou dos discursos, acaba por torná-los parte de uma história que se faz parecer distante do nosso presente, ou até inexistente na dimensão que ocorreu.

Essa luta pela memória e o direito de justiça vai além das identificações dos crimes, ela busca o reparo, que ocorre através de ações que buscam dar o reconhecimento às lutas pela democracia referente àqueles desaparecidos, mortos e torturados. Em 14 de maio de 2010 – após conferência sobre o PNDH-3²² (Plano Nacional dos Direitos Humanos: Terceira edição) lançado pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em 2009, dirigido pelo ministro Paulo Vannuchi, – Apucarana inaugurou a construção e símbolos que homenagearam²³ os estudantes José Idésio Brianesi e Antônio de Três Reis de Oliveira. Essa homenagem veio atender uma demanda local sobre a memória silenciada. Até aquele momento, ou seja, a primeira década do século XXI, não havia espaço público ou privado que pudesse vir a expor uma homenagem a qualquer preso político do período da ditadura no município de Apucarana. Contudo, o processo de democratização levou às transformações sociais e políticas e permitiram que tais espaços viessem a ser disponibilizados, por meio das conquistas que esse processo ofereceu, os tempos agora são outros.

A PNDH – 3 é uma continuidade das ações realizadas desde 1995, que por meio do Decreto nº9.140, reconhecia como mortos os desaparecidos. Todos aqueles que em razão da participação²⁴ em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979²⁵ não tiveram seus paradeiros localizados. Foi por intermédio destas políticas públicas, assim como menciona o próprio decreto de 2009, que o *reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado*²⁶ veio como um dos meios a viabilizar à informação à sociedade e à sua transformação/reconhecimento e para muitos conhecimentos sobre esse passado recente. Pela instrumentalização que esse decreto instituiu foram criadas as Comissões Nacionais da Verdade, que atuaram em todo o país em reuniões públicas para debater sobre os desaparecidos da ditadura.

A aplicação da PNDH – 3 em Apucarana, através dos depoimentos colhidos em assembleia e a organização das memórias, possibilitou elencar os nomes daqueles que a história oficial do município havia silenciado. Muitos que foram presos, torturados e exilados estavam entre os presentes no momento das investigações que ocorreram em 2012, deram suas contribuições, inclusive sobre os mortos e desaparecidos, representados na cerimônia por seus familiares e amigos. Em Apucarana, o reconhecimento se deu em duas iniciativas, a primeira com a

22 Em 21 de dezembro de 2009, através do Decreto Federal número 7.037, foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3, que estabelece “como função do Estado a manutenção da memória sobre os mortos desaparecidos em razão da participação, ou acusação de participação, em atividades políticas”.

23 OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. Depoimentos para a história. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010, p.01.

24 Ou acusação da participação.

25 Ano da publicação da Lei nº6.683 em 28 de agosto de 1979, esta que ficou conhecida como Lei da Anistia.

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.

construção de um colégio estadual, que carrega o nome de um dos jovens que foram assassinados durante a Operação Bandeirante em São Paulo, em 1970, Antônio Três Reis de Oliveira, e a segunda, a instituição de um monumento intitulado “pessoas imprescindíveis”, em um espaço público. Mortos em 1970, Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianezi, com 21 e 24 anos respectivamente, tinham engajamento na luta armada contra a ditadura militar ainda à época escolar. Ambas as mortes ocorreram em São Paulo, durante a Operação Bandeirantes, ficando desaparecidos desde então. A luta a partir deste momento foi travada por seus parentes mais próximos, pai, mãe e irmãos, que buscaram o direito de enterrar esses jovens, e saber da situação de seus óbitos.

Embora essas memórias estejam cristalizadas, os movimentos de resistência surgidos nos últimos anos, colocam em xeque a memória oficial. Os “lugares de memória”, assim como estabelecido por Pierre Nora (1993), estão aptos a ressignificações, podendo ser reinterpretados e adequados às novas necessidades do Estado ou de grupos que possuem o poder. Em Apucarana, as demandas dos últimos anos, procuram por um lado reafirmar os velhos costumes, e por outro, dar o espaço inédito as discussões em torno da ditadura.

Apenas o tempo poderá prover as respostas quanto a aceitação do monumento “*pessoas imprescindíveis*”, dedicado a memória dos jovens de Apucarana, mortos durante a ditadura como memória social e coletiva, já que ele “*é parte da complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracteriza a ação humana*” (CORREA, 2005). A memória sobre a ditadura é heterogênea e polifônica,

mesmo entre aqueles que faziam oposição a ela. Por isso se faz necessário políticas públicas como essa, não encerrando na função de dar o direito à memória aos desaparecidos, mas ao possibilitar uma discussão democrática sobre o passado, que está em constante ressignificação.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BRASIL NUNCA MAIS. **Um relato para a História**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009.
- CALCIOLARI, Silvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: **Revista *Electrónica de geografía e ciencias sociales***. Universidad de Barcelona. Vol. IX, n.183, 2005.
- DOMINGUES, Marisa Guilherme. **Vivo Apucarana**. Grafmark, Londrina, 1994.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol. 1, 1994.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008.
- HELLER, M. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba, DHPaz, 2014.
- OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. **Depoimentos para a história**. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010.